

Centros de Documentação: Patrimônio, Memória, História e Construção de Identidades

Documentation Centers: Patrimony, Memory, History and Construction of Identities

Enviado em: 24-10-2023

Aceito em: 20-12-2023

José Antonio Moraes do Nascimento¹

Resumo

O Centro de Documentação - Cedoc da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc tem a pretensão de contribuir com a manutenção e/ou preservação da identidade e da história regional do Vale do Rio Pardo, via preservação de um patrimônio, que é seu acervo documental. Os centros de documentação são arquivos surgidos em universidades com a finalidade de organizar, preservar e divulgar um acervo cultural reunido para servir de apoio a pesquisas. Com esse intuito, os centros de documentação são patrimônios que possibilitam problematizar memórias, escrever histórias e construir identidades regionais. Dessa forma, o presente texto pretende apresentar o Cedoc e sua contribuição para o conhecimento dessa região.

Palavras-chave: Centro de Documentação; Memória; Patrimônio; História.

Abstract

The Documentation Center - Cedoc of the University of Santa Cruz do Sul – Unisc aims to contribute to the maintenance and/or preservation of the identity and regional history of Vale do Rio Pardo, through the preservation of a heritage, which is its documentary collection. Documentation centers are archives created at universities with the purpose of organizing, preserving and disseminating a cultural collection gathered to support research. With this aim, documentation centers are assets that make it possible to problematize memories, write histories and build regional identities. Therefore, this text intends to present Cedoc and its contribution to the knowledge of this region.

Keywords: Documentation Center; Memory; Patrimony; History.

Considerações introdutórias

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e dos Cursos de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: josenasc@unisc.br

Os centros de documentação são arquivos surgidos em universidades com a finalidade de organizar, preservar e divulgar um acervo cultural reunido para servir de apoio a pesquisas. Via de regra, surgem para dar ênfase à memória regional e para proteger a memória e a documentação da própria instituição. Outro motivador da existência dos centros de documentação é o combate à intensificação homogeneizante da globalização.

Com esse intuito, os centros de documentação são patrimônios que possibilitam problematizar memórias, escrever histórias e construir ou preservar identidades regionais. Assim, o presente texto tem a pretensão de apresentar a construção da identidade e da história regional do Vale do Rio Pardo e a preservação do seu patrimônio, realizadas pelo Centro de Documentação - Cedoc da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. O território em estudo, o Vale do Rio Pardo, está situado na região central do Rio Grande do Sul e o Cedoc está situado em Santa Cruz do Sul, um dos seus 17 municípios, mais precisamente na Unisc.

Tais discussões sobre centros de documentação, memória, patrimônio e história são desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa *Formação Socio-histórica Regional*, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR da Unisc. O coletivo estuda processos históricos de formação regional, em diferentes escalas e amplitudes, sendo que uma das abordagens diz respeito aos processos de construção da história e da identidade de grupos sociais.

A linha principal dessas pesquisas envolve os processos socio-históricos de ocupação do território e seus desdobramentos para o desenvolvimento regional, entendendo como o Estado e suas instituições, em seus vários níveis, tomaram iniciativa, mediaram e regulamentaram os processos de gestão do território, com os conflitos e tensões decorrentes. Outro aspecto desses processos é destacar como foram construídas as identidades e preservadas as memórias sobre tais aspectos, buscando essa história nos centros de memória.

Nesse sentido, as diferentes sociedades, ao longo de suas respectivas histórias, constituem-se como tal a partir da construção de suas identidades. Entretanto, faz-se necessário salientar que as identidades regionais resultam

de construções teóricas baseadas em acontecimentos históricos e suas relações sociais, políticas e econômicas. Por isso, a identidade também se relaciona diretamente com a memória existente e/ou construída de um determinado território.

A construção das identidades das várias sociedades ocorre a partir da percepção de que existem diferenças entre os grupos humanos, mas, ao mesmo tempo, há pressão dos movimentos de globalização que tentam homogeneizá-las (HALL, 2011). Assim, as identidades sociais são formadas pelas características comuns de indivíduos e/ou comunidades (costumes, tradições, comportamentos sociais etc.), que lhes despertam o sentimento de pertencimento, surgido ao longo de sua história e vivência interna ou se configuram como uma produção de sentido que foi imposto por elementos externos. Entretanto, a construção identitária incorpora aos elementos socioculturais o ambiente físico-espacial. Portanto, envolve aspectos territoriais. Assim, a identidade regional é uma construção identitária, no sentido de buscar os elementos culturais de determinados momentos histórico-sociais que distinguem aquele território dos demais (HAESBAERT, 1999).

Não obstante, é a partir de uma dada realidade concreta das questões sociais e das manifestações culturais que se busca construir as identidades possíveis diante das diversas relações de poder e de imposição cultural, principalmente do fenômeno da globalização. Esse fenômeno que tende à anulação das culturas e das identidades autóctones, por meio da homogeneização, colocando a diversidade cultural em risco, também permite que as sociedades demonstrem seu referencial identitário, buscando obter reconhecimento de sua alteridade e interagindo com as culturas de outras regiões (HAESBAERT, 2007). Assim, há um reconhecimento das diferentes características do outro, a partir de uma âncora no território, permanência física no local com relações afetivas e sociais nas ações do conjunto daquele agrupamento. Esse lugar edificado é diferente de outros lugares, que também podem ser construídos pelos seus habitantes.

Ao mesmo tempo, a identidade de uma região, inevitavelmente, estabelece relações socioculturais com as demais partes do globo terrestre,

porque, por mais que a globalização provoque fragmentação política, econômica, militar e cultural, ela também permite sua circulação. Assim, a identidade cultural genuína de um lugar específico é justamente marcada pela diversidade, coexistindo elementos nativos com os de origem externa. Dependendo do grau de abertura ou imposição, um dos elementos vai se destacar mais, mesmo porque, ao longo do tempo, os grupos sociais vivem em constante contato, provocando conflitos, dominação e alianças, conseqüentemente, grande interação social e cultural, impondo, recebendo ou compartilhando costumes.

A partir do final da década de 1990, a nova ordem mundial instituiu sistemas complexos que integraram as regiões do globo, provocando o crescimento do comércio internacional e, conseqüentemente, a maior circulação de bens e pessoas entre povos com culturas diferentes (HALL, 2011). Da mesma forma, houve o aumento dos movimentos de autoafirmação nacional, cultural e religiosa, alinhando ou distanciando grupos em função de afinidades ou diversidades culturais, gerando uma reformulação das identidades culturais.

Os vários países do mundo são formados por uma mescla de histórias e culturas, como é o caso do Brasil, que, desde a chegada dos portugueses até hoje, mantém essa diversidade cultural e esses grupos sociais em contato e/ou conflito. No caso em apreço aqui, a identidade perpassou diferentes culturas e civilizações, desde elementos culturais pré-coloniais, ainda que muitos tenham sido destruídos ou sobrepostos pela cultura europeia.

O contato/confronto também permitiu o estabelecimento de elementos culturais em comum. Esses elementos estão em transformação justamente em função do impacto da fase da globalização, que instiga à miscigenação cultural, étnica, linguística e religiosa (SEIXAS, 2008). Como todo território tem uma identidade cultural constituída de aspectos naturais/físicos e sociais/culturais nos processos de construção de suas identidades, torna-se necessário considerar sua população, seus aspectos econômicos, sua paisagem natural, sua paisagem cultural e o seu poder político. Portanto, os processos de

construção de identidades regionais são resultados dos acontecimentos históricos e suas relações sociais, políticas e econômicas, mas também da forma e dos mecanismos como são apresentados e patrimonializados. Assim, a identidade tem relação direta com a memória existente e/ou construída de um determinado território, potencializada por instituições tais como os *lugares de memória* (NORA, 1993).

Ao se considerar esses elementos na região do Vale do Rio Pardo, mais particularmente em Santa Cruz do Sul, desde 1996, o Cedoc vem contribuindo para a construção e a preservação da identidade, do patrimônio e da formação socio-histórica regional. Mais do que um arquivo, esse espaço se constitui em um local de preservação do patrimônio cultural, já que não se responsabiliza somente pela proteção dos conjuntos documentais produzidos. O Cedoc se preocupa com a preservação do patrimônio cultural, o que inclui os elementos da identidade e da memória, uma vez que o patrimônio cultural é aquilo que socialmente se considera digno de conservação (COUGO JUNIOR, 2020).

A construção de identidade

Ao se pensar na identidade de uma região, é inevitável estabelecer suas relações socioculturais com os aspectos globais. A globalização provoca fragmentação política, econômica, militar e cultural e, ao mesmo tempo, permite a circulação de elementos culturais, podendo gerar conflitos entre culturas diferentes. Com isso, ocorre simultaneamente um fracionamento do poder cultural e uma relativização de culturas. Assim, ao se perguntar se existe uma identidade cultural genuína de um determinado lugar, nota-se que é muito difícil que isso ocorra, pois há muitas particularidades, coexistindo elementos nativos com aqueles vindos de fora. É o que acontece no Vale do Rio Pardo, onde os elementos culturais são mesclados e se interinterferem.

Com a nova ordem mundial, as superpotências entram em queda e potências regionais médias emergem com influências nas suas regiões. Do mesmo modo, criam-se sistemas complexos com redes produtivas que integram o globo, provocando um crescimento do comércio internacional e,

igualmente, uma maior circulação de bens e pessoas. Como resultado imediato, é possível observar a ampliação do relacionamento de povos com culturas diferentes. Ao mesmo tempo, ocorre um aumento dos movimentos de autoafirmação nacional, cultural e religiosa, alinhando ou distanciando grupos em função de afinidades ou diversidades culturais.

Portanto, é necessário compreender que existe uma constante formação e reformulação da identidade cultural no mundo contemporâneo (SEIXAS, 2008). Ademais, todo o território, via de regra, tem uma identidade cultural constituída por aspectos naturais e físicos, com menor influência, e pelo aspecto social, com maior preponderância. Por isso, nos processos de construção de identidades regionais há que se considerar sua população, seus aspectos econômicos, sua paisagem natural, sua paisagem cultural e o seu poder político.

Nessa ótica, o patrimônio cultural compõe ou reforça a identidade regional, por meio de memórias coletivas (HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1992) que estão em disputa. A identidade cultural de um território cria estratégias de desenvolvimento, com estabelecimento de políticas ou ações de desenvolvimento do território e de valorização de seus produtos e serviços. Com isso, são estabelecidas relações entre estratégias de desenvolvimento territorial com identidade cultural e a sustentabilidade deste processo de desenvolvimento. O território é o espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento promovidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades privadas e governo, via políticas públicas. Assim, o território é a relação entre espaço, recursos naturais, sociedade e poder (DERROSSO; CURY, 2019).

Ao longo dos tempos, a concepção da preservação dos bens culturais, os conceitos de patrimônio e as noções do que e para que preservar ou proteger um bem cultural se ampliaram e se consolidaram. O ritmo frenético das inovações tecnológicas provoca transformações nos cenários culturais e na preocupação com a preservação da memória coletiva.

Em termos gerais, o patrimônio cultural é o conjunto dos bens materiais ou imateriais considerados de interesse e de relevância para a identificação da

cultura, seja da humanidade ou de uma nação, seja de um grupo étnico ou social específico (SILVA, 2024). Portanto, trata-se de uma herança do passado, que se pretende transmitir para as novas gerações. Pode ser o arquitetônico ou edificado, o ambiental ou natural, o arqueológico, o artístico, o religioso, entre outros. Também pode ser dividido em material e imaterial.

O patrimônio material diz respeito a maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas e outros bens de uma sociedade. O patrimônio imaterial é constituído por canções, crenças, celebrações, ritos, lendas; por saberes que passam de uma geração para outra, como as formas de cultivar e as maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar; por manifestações cênicas, lúdicas e plásticas; por lugares e espaços de encanto e de convívio e encontro de uma sociedade. (VOGT, 2008, p. 14).

As definições e as escolhas para a preservação se modificam e se ampliam, influenciadas pelos fenômenos da globalização e do desenvolvimento tecnológico, que dão a impressão de uma aceleração da história, derrubando fronteiras, impondo uma homogeneização do mundo e, ao mesmo tempo, provocando,

Como forma de reação, a necessidade de preservar traços da memória coletiva e aumentar os lugares de memória na tentativa de eternizar o passado [...], provocando a valorização do regional, do local, daquilo que é específico a povos ou grupos sociais ou étnicos. Em decorrência, passou a haver maior respeito à diversidade cultural. (VOGT, 2008, p. 14).

A preocupação com a construção da identidade provocou a necessidade de preservar o patrimônio histórico e artístico nacional quando monumentos do passado passaram a ser resguardados. Como ponto de partida, pode-se afirmar que isso ocorreu com o surgimento dos Estados Nacionais Modernos, quando alguns especialistas, tais como arquitetos, juristas, historiadores, sociólogos, literatos e artistas plásticos, decidiam o que era considerado patrimônio, ou seja, os símbolos de uma nação (VOGT, 2008). Além de atribuírem um valor simbólico, o que justificava sua proteção, passaram a ser transmitidos para as futuras gerações com tal entendimento.

Em muitos casos, quando o bem era elevado à condição de patrimônio, passava a ser isolado somente para contemplação, como uma peça exposta em um museu. Essa política de preservação de patrimônio decorria de uma concepção de história e do que deveria ser conservado. Recentemente, o conceito de patrimônio cultural incluiu bens tangíveis ou materiais – que tiveram realçado o seu valor – e o patrimônio cultural imaterial ou intangível, incorporando aspectos da vida social e cultural – todo o fazer humano e de todos os grupos sociais –, opondo-se ao chamado patrimônio de pedra e cal. Assim, “as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 254) passam a ser vistos e valorizados como elementos de identificação cultural de grupos humanos.

Em termos de Brasil, a preocupação em salvar os vestígios do passado da nação, ou o que se entendia merecedor de guarda, teve um marco importante com a Proclamação da República (1889). A partir dessa mudança política, principalmente na República Velha (1889-1930), os intelectuais – muitos constituindo parte do governo – se empenharam em construir o estado e a identidade nacional (QUEIROZ, 1989). Foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, em 1937, o qual, a partir de 1970, foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

Contudo, a política oficial de preservação do patrimônio cultural da primeira metade do século XX se centrou na identificação de monumentos, objetos, acontecimentos e documentos que celebrassem ícones da identidade histórica e cultural para a Nação. Assim, o patrimônio histórico e artístico nacional enaltecia grandes vultos políticos e a identidade da Nação era definida por um conjunto de bens culturais que tinham a capacidade de evocar o passado e se relacionar com o presente e o futuro, demonstrando a continuidade da Nação no tempo - origem, atualidade e para onde caminha.

Somente em 1988, com a Constituição Federal, houve uma mudança no entendimento sobre o que compõe o patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo sua grande diversidade cultural e que é formado por bens materiais e imateriais, individuais ou coletivos, que sejam portadores de

referência à identidade, à ação e à memória dos vários grupos que formaram a sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Dessa forma, em linhas gerais, houve um aumento e uma constante preocupação com a preservação da memória coletiva, já que é um elemento de coesão e identificação do grupo. Ao mesmo tempo, tradições são inventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1984), principalmente em função da globalização, dos meios de comunicação e do multiculturalismo, que fizeram emergir uma multiplicidade de “lugares de memória”. A sociedade globalizada busca âncoras, temporais e espaciais, de reflexão sobre seu passado, nas memórias nacionais e locais e nunca nas internacionais. As “práticas de memória nacionais e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização com sua negação de tempo, espaço e lugar”. Dessa forma, ressalta-se a diversidade cultural (HUYSEN, 2000, p. 36).

A escolha do patrimônio que representa uma determinada sociedade e um determinado grupo, seja étnico ou social, está relacionada às concepções de mundo existentes naquele contexto. Portanto, configura-se em uma disputa teórica, política, às vezes, econômica e cultural do entendimento dos atores envolvidos, levando o conceito de patrimônio cultural a um processo de construção. As modificações de ampliação e alargamento ocorridas no conceito de patrimônio cultural, sobretudo por ter abarcado também os bens imateriais ou intangíveis, são resultados “da globalização que fez aflorar as memórias nacionais, regionais e locais. Como resposta à tendência homogeneizante da cultura pelo capitalismo, despertou o interesse pelo que é particular, peculiar a um grupo ou a Nação” (VOGT, 2008, p. 29).

Nesse sentido, a construção da identidade de uma determinada região é permeada de relações socioculturais locais, mas também de aspectos globais. Assim, aquilo que compõe a identidade de um território é o resultado dos seus aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais. Entretanto, vai além, porque pode ser construído e/ou reconstruído por meio de vias novas ou reforço de narrativas. Os bens culturais patrimonializados estão relacionados às escolhas e às concepções de mundo daquela sociedade, com interesses

específicos na construção da sua identidade, priorizando uns em detrimento de outros.

A preservação do patrimônio para a construção da identidade e da história regional

A preservação do patrimônio é uma forma de garantir que aspectos socioculturais de uma determinada sociedade continuem visíveis. Com isso, é possível construir ou reforçar sua identidade e sua história. As manifestações culturais possibilitam a reconstrução do passado como lugar de memória, ou seja, uma maneira de estabelecer um passado para diferentes grupos sociais.

Ademais, a preservação do patrimônio e suas respectivas manifestações culturais também podem ocorrer nos centros de documentação, que é onde se encontram muitas histórias para serem contadas, pesquisadas e relacionadas. Os centros de documentação têm a finalidade de reunir, guardar e classificar documentos, bem como difundir suas informações a partir de jornais, microfilmes, livros, filmes, relatórios, fotografias, mapas etc. Portanto, é um espaço da memória e um lugar que guarda fragmentos da história.

Por isso, é fundamental que exista uma interação dos arquivos com a comunidade, seja por meio dos pesquisadores, seja por meio dos demais cidadãos, justamente para pensá-los como parte do patrimônio cultural e difundi-los em um processo de educação patrimonial, desenvolvendo uma sensibilidade e uma consciência para a importância da preservação. Dessa forma, acessar um arquivo ou centro de documentação é investigar esse espaço como um lugar da história, da memória coletiva e de elementos culturais de grupos sociais nas suas diversidades.

Assim, na Unisc, há o Cedoc, ligado ao Curso de História, que tem a finalidade de reunir e preservar documentos históricos dos grupos sociais do Vale do Rio Pardo, colocando-os à disposição de especialistas e do público em geral. Dessa forma, essas pessoas podem ter acesso a fontes documentais que fazem referência à cultura, à economia e à política, preservando a história e a memória coletiva da região. O Cedoc foi criado em 1996, reunindo diferentes fontes documentais. Nesse sentido, caracteriza-se pela organização

do acervo em fundos, séries e subséries, colocando a documentação a serviço da formação de alunos de graduação e de pós-graduação.

Outro aspecto importante que diz respeito ao Cedoc está na disponibilização do acervo à comunidade e às escolas de educação básica para fins de consulta e realização de atividades de educação patrimonial. O Cedoc guarda e preserva um patrimônio cultural, entendendo-o como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, é considerado de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico. O patrimônio cultural constitui uma herança do passado com a qual os homens do presente convivem e que pretendem transmitir às gerações futuras.

Surgido a partir da documentação remanescente da Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, fundada em 1913, a mais antiga cooperativa de produtores rurais existente na região, o Cedoc da Unisc, ao incorporar outras documentações, apresenta informações sobre a história e a cultura local e regional. Ao mesmo tempo, ocorre a criação de Centros de Documentação e Arquivos em escala mundial, relacionada ao fenômeno internacional da globalização, que provocou uma obsessão pelo passado, criando um verdadeiro mercado da memória.

No Brasil, universidades, organizações não governamentais - ONGs e fundações se envolveram na criação de centros de documentação e de preservação da memória, em função da precariedade ou inexistência de arquivos públicos, principalmente nos municípios do interior dos respectivos estados. Apesar da proliferação ocorrida, não se sabe, com exatidão, quantos são e nem onde estão localizados tais centros (BICCAS; SALVADORI, 2005), o que indica a necessidade de um levantamento dessas iniciativas espalhadas por todo o território brasileiro.

Por sua vez, os acervos organizados e tornados disponíveis para consulta serviram de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos da área das ciências humanas da comunidade acadêmica e por pessoas de outras áreas. Assim, as fontes documentais originais foram preservadas, e o material

necessário para o desenvolvimento de suas pesquisas foi trazido para perto do pesquisador (CAMARGO, 1999). Geralmente, os centros de documentação universitários surgem com a finalidade de dar ênfase à memória regional e proteger a memória e a documentação da própria instituição.

Entretanto, o surgimento de novos centros de documentação também está relacionado a um enfrentamento à intensificação da globalização, via valorização da memória, do patrimônio histórico e da história. Com o advento dos anos de 1980, datas nacionais voltaram a ficar em evidência, memoriais foram erguidos, centros urbanos restaurados, entre outros, musealizando o mundo, conforme afirma Huyssen (2000). No Brasil, não foi diferente, também houve um grande entusiasmo que foi perceptível tanto na academia quanto no meio político, a partir do qual foi possível observar produções e comemorações a respeito do centenário da abolição, centenário da Proclamação da República, dos quinhentos anos dos *Descobrimentos* etc. Estudos genealógicos e festas de família se somam a essa profusão de festividades.

Assim, o apego quase exagerado ao passado fez surgir um verdadeiro mercado da memória, facilitado pela revolução tecnológica, mas também em decorrência da globalização, que estabeleceu novos padrões de consumo e da mobilidade que transformaram a temporalidade das vidas (CANCLINI, 2006). A *aceleração* do tempo e da própria história banaliza a invenção, faz suceder alucinantemente os engenhos e dá aos homens a sensação de que o presente lhes foge, desorientando os espíritos e alterando a percepção da história (SANTOS, 1997). Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos aproximam os lugares e integram os indivíduos ao mundo. Por isso, houve uma necessidade de recuperar e conservar vestígios do passado, numa busca pela identidade social e étnica, a partir da memória coletiva e dos *lugares de memória*.

Os *lugares de memória*, termo elaborado por Pierre Nora (1993) ao se referir à nação francesa, constituem um conceito cuja utilização foi intensificada no momento de ampliação das discussões sobre memória, quando os historiadores se preocuparam em “transformar a memória em fonte histórica” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 246), possibilitando a emergência de muitos grupos considerados *subalternos*, que passaram a ter o *direito à memória* e à

visibilidade social. Contudo, quando o *lugar de memória* (centros de documentação, museus e arquivos) “é estritamente compreendido como local onde a memória se instala, passa com frequência a remeter a repositório” (GONÇALVES, 2015, p. 16).

É certo que documentos e “demais elementos que, por alguma razão, acabam por apresentar a capacidade de mobilizar a memória das pessoas acerca de acontecimentos ou experiências, não têm sentido em si: os sentidos são adquiridos e transformados” (GONÇALVES, 2015, p. 17). Ocorre atribuição de valor/importância relacionado a uma dada interpretação realizada a partir das pesquisas produzidas com as fontes disponíveis nesses ambientes.

Além disso, a relação entre história e memória também se estabelece via patrimônio, que representa elementos da identidade, seja da nação, seja de um grupo específico e é formado por bens materiais e imateriais, individuais ou coletivos. A noção de patrimônio não se restringe aos palácios, às catedrais e aos castelos, mas inclui as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, enfim, costumes, canções e crenças. Também saiu da exclusividade dos museus para se integrar aos conjuntos urbanos e sítios históricos, paisagísticos, artísticos etc.

Ao mesmo tempo, a história do mundo globalizado se torna mais acessível ao grande público por meio do patrimônio, que é o conceito-chave no debate sobre a memória social. Inclusive, para os historiadores, os lugares de memórias foram substituídos por lugares do patrimônio, estabelecendo novas dimensões ao *direito à memória*. Além de que, com o aumento da utilização da história oral, a historiografia passou a utilizar a memória individual e coletiva como fonte histórica, apresentando formas de como uma sociedade se vê e compreende seu próprio passado, via *lugar de memória*.

É necessário pontuar as diferenciações entre história e memória que foram sendo construídas e compreendidas pelos pensadores, quer fossem historiadores ou não. Com a rapidez das mudanças e uma aparente aceleração da história, houve, em consequência, uma dilaceração da memória, justificando uma imensa multiplicação de lugares de memórias para compensar a própria memória, que já não existia mais. A partir disso, o conhecimento histórico

permitiu estabelecer uma nova relação das sociedades com a memória, por meio da emergência de novos atores, para a construção de vínculos sociais. Entre esses atores, destacam-se os *lugares de memória*, ou seja, lugares e práticas, tais como museus, arquivos, coleções, festas, tratados, monumentos, santuários, os quais “produziram um novo tipo de memória, qual seja a memória-arquivo, segundo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 253).

Ao longo dos tempos, as sociedades foram produzindo uma série de vestígios, dentre os quais alguns compuseram memórias, muitas vezes artificiais, que foram colocadas de forma atomizada nesses *lugares*, sob os cuidados de profissionais de memórias, sejam historiadores e arqueólogos, sejam arquivistas e museólogos. Com isso, rememorar era algo fundamental, pois problematizava os laços de memória.

De qualquer maneira, o lugar de memória surgiu cooptado pela pretensão da nação e dos poderes políticos de deixarem suas marcas na escrita da história, fazendo com que os monumentos passassem a ser um campo objeto da historiografia. As discussões em torno dos lugares de memória se deram muito em função dos sinais da perda da memória. Mesmo assim, é possível entendê-los como incorporação de comunidades subalternas, a partir de novos arquivos que possibilitariam novas histórias de diferentes práticas sociais.

O patrimônio, principalmente a partir do final do século XX, passou a ser percebido como “um componente cultural do pertencimento de uma comunidade política. O modelo decisivo de instauração ritual memorial patrimonial fora o culto laico da nação pelo *monumento histórico*” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 257), transformando o significado original de um objeto. O patrimônio também é um lugar de memória, uma amostra palpável e perceptiva de um passado comum da comunidade nacional e como expansão do princípio de pertencimento dos sujeitos e de sua cidadania.

Os bens patrimoniais têm valores relacionados à historicidade, à memória, à antiguidade e à comemoração. O monumento histórico ainda pode

ter valor de uso circunstancial de uma dada sociedade, voltado à vida pública cotidiana, podendo provocar ambiguidade conflitante ao gerar mitos do passado para justificar e explicar as relações sociais da contemporaneidade. Outra questão relevante é a de que os debates políticos sobre a representação das minorias (nacionais, étnicas, raciais...) também são uma demanda por *direito à memória*.

O patrimônio ainda envolve manifestações culturais, como celebrações, calendários, práticas, danças, comidas, saberes e artefatos materiais. Assim, essas manifestações culturais compõem a identidade cultural e possibilitam que os grupos sociais reconstruam seu passado. No entanto, podem incorrer em *erros históricos* ao construir imagens e *inventar tradições* somente para manter a valorização do bem selecionado. A escolha pela cultura do patrimônio como lugar de memória é uma maneira de construir e formar os passados dos grupos sociais, políticos, étnicos, entre outros.

Dessa maneira, o lugar de memória passou a ser uma maneira de escrever a história. O patrimônio cultural, conforme destacou Santiago Júnior (2015), envolve diversos bens culturais pelos quais os grupos sociais exploram seu capital simbólico como uma estratégia cultural. Além de que, ao se construir um patrimônio, também se estabelecem pertencimentos entre seus membros para funcionar como direito cultural e como parte de sua cidadania.

O patrimônio é parte integrante da chamada história pública contemporânea e não somente esforço memorial. Há uma emergência de lugares de memória, como os museus e os arquivos, os quais são ferramentas que abrem possibilidades para o pertencimento coletivo. O patrimônio é pensado, via de regra, como síntese de grupos, mesmas visões de mundo, anseios comuns e saberes coletivos que permitem criar consensos sociais a partir da aceitação/imposição de bens culturais que representam aquele conjunto. De tal modo, é possível abordar o patrimônio como fusão de seu poder memorial e construção de cidadania cultural e o lugar de memória como agenciamento de vestígios do passado. Assim, a patrimonialização se torna a expressão da memória, seja de um grupo específico, seja de uma nação. Ela pode considerar os referidos “objetos e práticas como maneiras de fazer usos

públicos do passado, o que permite tanto pensá-los da perspectiva da *história pública* como da *didática da história*” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 267), no sentido de ser uma forma de perceber a formulação e a construção de uma consciência histórica para um público mais amplo.

A preocupação é de que o historiador não mais trabalharia para compreender a história, mas a memória de um lugar, tornando o uso cultural da memória como uma nova forma de construção da cidadania e dos vínculos sociais. Com isso, ele pode se tornar um construtor de mitologias e simulações de passado. Ao mesmo tempo, esse fato permite a emergência de consciências históricas sociais subalternas que usam das noções de legado, herança, tradição e patrimônio para mostrar que a sociedade atual precisa de novos passados, justamente porque os passados atuantes na esfera pública não reconhecem a diversidade dos sujeitos sociais.

Nessa ótica, conforme o historiador francês Pierre Nora,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993, p. 13).

Se, por um lado, o debate sobre “o patrimônio englobou a discussão dos lugares de memória; por outro, as discussões da chamada história pública apontam o protagonismo do patrimônio entre as formas de construção do sentido de passados coletivos” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 273). A relação entre patrimônio e historiografia busca compreender as intervenções de declaração do sentido cultural do passado e entender a maneira de uma sociedade conhecer e saber sobre sua história (inclusive, com esquecimentos, criação, manutenção e comemorações).

Um exemplo, em nível nacional, foi a revitalização do Pelourinho, em Salvador, nos anos de 1990, um dos mais famosos empreendimentos de construção da simulação colonial em um bairro histórico no Brasil. A cidade fora higienizada, na habitação e nas edificações, adaptando tudo que não fosse “condizente” com o ideal de “histórico”. As populações pobres foram expulsas

de lugares nos quais tinham vivência cotidiana para serem substituídas por outros agentes sociais relacionados, principalmente, ao turismo (SANTIAGO JÚNIOR, 2015).

Concomitante a isso, “um dos efeitos da multiplicação de afirmações identitárias, em conjunto com reivindicações de memória, foi a explosão de [...] batalhas de memória, guerras de memória, memórias concorrentes ou, ainda, concorrência memorial” (GONÇALVES, 2015, p. 23). Portanto, “a memória está na cena pública, e refletir sobre ela nos obriga a abandonar o conforto da academia, para debatermos; debatermos, portanto, não apenas com nossos pares, mas com aqueles que, em disputa, não desejam nossa mediação” (GONÇALVES, 2015, p. 26).

Assim, a preservação do patrimônio contribui para a construção da identidade e da história regional, concretizada pelos centros de documentação, entre outros, como lugares de memória, ou melhor, concentram documentos com informações especializadas para poder construir a história e apresentar aspectos da identidade de um determinado indivíduo ou grupo sociocultural.

Particularidades do Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul

A construção da identidade e da história regional do Vale do Rio Pardo e a preservação do seu patrimônio têm sido realizadas pelo Cedoc da Unisc. Como local de guarda de documentos, possibilita aos pesquisadores e ao restante do público encontrar referências de vários momentos e processos de intensificação do povoamento do referido lugar. Além disso, em seu acervo, também é possível encontrar elementos que mostram os grupos e suas variantes culturais, sociais e econômicas, como ocupação da terra, formação de diferentes associações, bem como variadas instituições, entre elas, a Unisc. Enfim, guarda elementos da memória, história e identidade acumulados ao longo de vários anos (NASCIMENTO, 2021).

Entretanto, apesar de as sociedades humanas reunirem e protegerem registros de seu passado, é preciso ressaltar que aquilo que sobreviveu como memória coletiva de tempos passados não foi o conjunto de monumentos e de

documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas forças políticas que operaram em cada época histórica (LE GOFF, 1984). Assim, é necessário evidenciar que a documentação de registros do passado, ou seja, “o conjunto da informação e seu suporte” (TESSITORE, 2003, p. 11), existente no Cedoc, são resultados de escolhas.

Nesse sentido, podem ser considerados documentos o livro, o artigo de revista, o jornal, a correspondência, a pintura, o disco de músicas, a fita cassete, o vídeo de uma conferência, o filme, o cartaz, o prontuário médico, a legislação, as plantas topográficas, os mapas, os objetos utilizados pelas pessoas etc. Para que possam ser preservados e disponibilizados aos pesquisadores e à sociedade, os documentos são reunidos em espaços específicos de memória (NORA, 1993). De acordo com Bellotto (1991), tecnicamente, são quatro os tipos de entidades responsáveis pela guarda, pela manutenção e pela disponibilização ao público de registros documentais: o museu, a biblioteca, o arquivo e os centros de documentação. Cada uma dessas entidades repositórias de acervos documentais difere no que tange ao tipo de documento que guardam e quanto aos procedimentos técnicos que adotam no gerenciamento do seu acervo.

Os centros de documentação assumem funções mistas, situando-se na encruzilhada ou na fronteira entre os acervos de uma biblioteca, de um museu ou de um arquivo. Todavia, a instituição que mais similaridade guarda com os centros de documentação são os arquivos, pois possuem “documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora” (TESSITORE, 2003, p. 12). É o caso, a título de exemplo, de um Arquivo Municipal, que é repositório da documentação produzida e recebida pela administração de um determinado município ao longo de sua trajetória, ou de um Arquivo Público Estadual, que reúne a documentação atinente à máquina do Estado, envolvendo suas diferentes secretarias e órgãos. No caso de um centro de documentação, ele pode reunir documentos de suporte diversos e de diferentes procedências.

Além disso, os centros de documentação não guardam e preservam apenas acervos documentais, eles também têm por finalidade apoiar a pesquisa. Acervos oriundos de diferentes fontes geradoras, de suportes diversos e com focos na especialidade temática, são características fundamentais dos centros de documentação. Em síntese, sua finalidade é:

Possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada e realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia. (TESSITORE, 2003, p. 14).

Quando um centro reúne uma excessiva diversidade de áreas, ele perde, aos poucos, sua identidade, dificultando a precisão dos objetivos e ações. Por isso, desde a sua implantação, o Cedoc da Unisc ajustou seu foco na preservação da história e da memória da região em que a universidade surgiu e atua. Foi nesse sentido que se propôs a reunir, classificar, preservar e colocar à disposição do público fontes documentais de tipologia e suporte diversos, que fazem referência à cultura, à economia e ao comportamento dos diversos grupos sociais que originaram a sociedade do Vale do Rio Pardo (NASCIMENTO, 2017).

Conforme já foi dito anteriormente, o Cedoc da Unisc foi criado no ano de 1996. Seu acervo documental inicial teve origem a partir da documentação remanescente da Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, reunida por pesquisadores da universidade. Por dez anos, ocupou diferentes espaços físicos. Em 2006, o acervo do Cedoc aumentou sensivelmente quando passou a custodiar os acervos do Arquivo Histórico do Colégio Mauá e de Ernesto Pellanda. O acervo que constituiu o Arquivo Histórico do Colégio Mauá foi transformado no Fundo Mauá. Esse acervo se originou em 1966, quando houve a criação do Museu do Colégio Mauá, em Santa Cruz do Sul. Em 1981, ocorreu o desmembramento do acervo entre o Museu e o Arquivo Histórico, ocasião em que este último ficou com a maior parte das fontes documentais escritas e fotográficas.

O acervo Pellanda, também adicionado em 2006, tem origem na referida família. Ernesto Pellanda nasceu em 1896, em São Gabriel, sendo filho de imigrantes italianos. Posteriormente, mudou-se para Porto Alegre e cursou a Escola Superior de Comércio, que mais tarde se transformou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Fez parte de grupos de intelectuais que se reuniam na Livraria do Globo, sendo funcionário público do Estado, colunista de jornal e professor na UFRGS. Nessa condição, publicou livros sobre imigração germânica e italiana no sul do Brasil. No Cedoc, o acervo foi denominado como Fundo Pellanda, tendo duas tipologias documentais: a) livros - relacionados com a História, a Economia, a Sociologia e a Literatura do Rio Grande do Sul; b) periódicos - principalmente revistas que circularam nas décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950.

Em 18 de dezembro de 2007, o Cedoc se mudou para seu local definitivo, situado junto ao Memorial da Unisc, ocupando um espaço físico de 98 metros quadrados, divididos em: uma sala para a guarda da documentação, outra para o atendimento ao público e uma terceira sala onde são realizados os trabalhos de administração e gerenciamento da documentação do acervo. Assim, o Cedoc é responsável pela guarda e conservação do acervo documental mais importante que existe no Vale do Rio Pardo. As atividades desenvolvidas no Cedoc são permanentes: de atendimento ao público e de arranjos em fundos, séries, subséries e coleções. Como o trabalho em um centro de documentação (assim como em um arquivo histórico ou em uma biblioteca) nunca está concluído, há a necessidade de sua continuidade e persistência.

A documentação existente está organizada em fundos documentais, a partir do critério de procedência, ou seja, procedimentos técnicos e metodológicos do tratamento documental utilizado pela arquivística (SCHELLENBERG, 1974; 1980; BELLOTTO, 1991). Os fundos estão organizados em séries, subséries, seções e coleções, quando for possível, obedecendo à regra geral de ordenação do material (estrutura original do órgão produtor ou receptor, sua função e sua tipologia). De acordo com Heloísa

Liberalli Bellotto (1991), não se concebe a organização de arquivos ou centros de documentação senão o de fundos documentais.

Por isso, antes de ser adquirido, qualquer documento é avaliado pela equipe do Cedoc, averiguando a compatibilidade com o perfil do acervo. Não se pode correr o risco de transformar o Cedoc em um mero depósito daquilo que se deseja preservar. Ampliar o acervo deve ser uma prática contínua para atender às demandas dos pesquisadores e possibilitar diferentes investigações, entretanto não se pode recolher qualquer registro do passado. Ao ser incorporado ao acervo, os documentos são registrados, permitindo um controle sobre o que se está custodiando pelo Cedoc.

Ao mesmo tempo, o agrupamento da documentação é feito de acordo com a procedência e funcionalidade, em fundos, séries, subséries e coleções, a partir da identificação de uma sequência de tipos documentais. A próxima atividade é a identificação de cada documento (procedência, informação contida, doador, ano de produção, finalidade). Essa atividade é seguida pela digitação dos dados. Esse é o trabalho permanente do Centro, porque é uma demanda que envolve muito tempo, pesquisa e paciência, inclusive, às vezes, algumas informações não são possíveis de serem obtidas.

Enfim, o cuidado com a documentação garante sua preservação, o que, conseqüentemente, possibilita tornar mais acessível o seu uso, natureza e conteúdo (SCHELLENBERG, 1980). Seguindo tais indicadores, definiu-se por cinco fundos documentais em que a documentação está sendo organizada: Fundo Mauá, Fundo Pellanda, Fundo Cooperativas, Fundo Ensino Superior em Santa Cruz do Sul e Fundo Cedoc.

O Fundo Mauá dispõe de materiais como: os jornais brasileiros impressos no idioma alemão *Kolonie* (1891-1941), *Fortschritt* (1902-1904), *Santa Cruz Anzeiger* (1905-1908), *Neue Zeit* (1929-1932) e *Volksstimme* (1930-1939) e os cadastros dos lotes das colônias de Santa Cruz e de Monte Alverne, realizados por Carlos Trein Filho, a partir de 1876. Ainda dispõe de certidões – batismo, confirmação e casamento –, salvo-condutos, títulos de eleitor, certificados de reservista e passaportes e documentos da administração municipal (mensagens e relatórios orçamentários encaminhados pela

municipalidade) e outros documentos relativos à história de Santa Cruz do Sul, da região e da colonização alemã no Estado. Já o Fundo Cooperativas agrega diferentes documentos de cooperativas da região, com o corte temporal entre 1913 e 1995. O Fundo Ensino Superior reúne documentação histórica da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - Apesc, instituição mantenedora da Unisc, da Escola Educar-se, do Centro de Educação Profissional da Unisc - Ceprue do Hospital Santa Cruz, desde 1962. O Fundo Pellanda e o Fundo Cedoc apresentam uma grande gama de documentos.

Assim, o Cedoc da Unisc os custodia e os coloca à disposição para pesquisa, incentivando a comunidade a preservar sua história e sua memória, incluindo a história e a memória da própria Unisc. Para que isso siga acontecendo, é necessária uma maior interação dos arquivos com a comunidade, por meio de um processo de educação patrimonial, inclusive com uma maior utilização dos arquivos nas aulas de História da Educação Básica. Com tais ações, promove-se uma valorização das identidades e se fortalece uma consciência preservacionista.

Considerações finais

O Cedoc da Unisc, que é um patrimônio cultural (particularmente documental), contribui para a manutenção e preservação da memória, da história e das identidades (ou a construção destas) da região do Vale do Rio Pardo. Ao longo da existência do Cedoc, os responsáveis pelo espaço tiveram a preocupação de preservar os documentos referentes à cultura, economia, política, enfim, ao comportamento dos diferentes grupos sociais que formam aquela sociedade. Além disso, no acervo do Cedoc também se encontra parte do histórico institucional da Unisc. Com isso, pode-se reafirmar que o Cedoc da Unisc contribuiu – e contribui – para a construção e a preservação da identidade, do patrimônio, da formação socio-histórica e do desenvolvimento regional.

Como já referido, a preocupação com a construção da identidade acabou estimulando, como consequência, a preservação do patrimônio

histórico e artístico, garantindo a continuidade ou a visibilidade de aspectos socioculturais de uma determinada sociedade, possibilitando construir ou reforçar sua identidade e sua história. Entre os responsáveis por preservar o patrimônio e as manifestações culturais estão os centros de documentação, reunindo documentos com informações especializadas, como é o caso do Cedoc, que organiza, preserva e divulga o acervo cultural preservado, dando ênfase e protegendo a memória regional e da própria instituição. Dessa forma, é um patrimônio que problematiza memórias, possibilita escrever histórias e preservar as identidades regionais.

Os arquivos, em geral, e os centros de documentação, em particular, são atores basilares quando se considera a preservação do patrimônio cultural, porque os documentos são testemunhas históricas, sociais e culturais. Configuram-se como espaços e memórias sociais, que possibilitam que pesquisadores e comunidade não acadêmica possam acessar suas diferentes informações. Como as memórias são caracterizadas e construídas por meio de várias informações, em diferentes suportes, o acesso aos seus conteúdos possibilita retomar fatos para compreender as identidades de determinado território. Para isso, é necessário o acesso à informação, para a qual, a organização dos seus suportes materiais é fundamental.

Com o acervo do Cedoc se tem a preocupação de preservar não somente a memória socialmente construída de um território majoritariamente ocupado por um grupo étnico, com verdades naturalizadas, mas também aquelas excluídas da sociedade. A instituição tem um papel ligado ao fomento da cidadania ao guardar e preservar as memórias de atores sociais minoritários, os quais disputam cotidianamente espaço na configuração da identidade regional, nos confrontos ideológicos, sociais e culturais.

Dessa forma, como em diferentes universidades, o Cedoc da Unisc foi criado para guardar, preservar e colocar à disposição documentos a fim de proporcionar pesquisas e garantir a preservação do patrimônio documental local e regional, portanto, das memórias locais e regionais, possibilitando que se narrem e construam as respectivas identidades. Nesse sentido, o Cedoc, como instituição que proporciona o uso coletivo da informação para os

interessados, tem a preocupação de melhorar seus serviços. Por isso, vem digitalizando parte do acervo numa base de dados própria, agilizando informações para facilitar o acesso.

Entretanto, percebe-se a necessidade de uma maior interação dos documentos com a comunidade, num processo de educação patrimonial, por exemplo, com maior utilização dos arquivos nas aulas de História da Educação Básica, por um lado e, por outro, com ampliação do acesso para pesquisas acadêmicas. Por isso, a coordenação e os/as bolsistas do Cedoc têm divulgado o acervo em eventos científicos/acadêmicos e em visitas às escolas do Vale do Rio Pardo a fim de que se torne mais conhecido e se apresentem as possibilidades de pesquisa do seu escopo documental.

Assim sendo, o Cedoc da Unisc possibilitou – e possibilita – a construção da identidade regional, resultante dos acontecimentos históricos e suas relações sociais, políticas e econômicas, mas também porque foram selecionados, apresentados e patrimonializados a partir dos elementos existentes e dos elementos construídos desse território. Por isso, o Cedoc se constitui como um local que disponibiliza possibilidades de se conhecer a região do Vale do Rio Pardo a partir de aspectos culturais de determinados momentos histórico-sociais que a distinguem das demais e a torna singular.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Centros de documentação e memória da educação: perspectivas de pesquisa para história da educação. **Horizontes**, v. 23, n. 2, p. 147-155, jul./dez. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. *In*: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos** – conflitos multiculturais da globalização. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DERROSSO, G., & CURY, M. J. Elementos de uma identidade territorial: um estudo de caso da cidade de Foz do Iguazu-PR. **Caderno Prudentino De Geografia**, 1(41), 65–85, 2019. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6053>

GONÇALVES, Janice. Lugares de Memória, Memórias Concorrentes e Leis Memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, jul./dez. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. da; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.). **Centros de Documentação e Arquivos: acervos, experiências e formação**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2017.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **CEDOC: construção e preservação da identidade, do patrimônio e da formação socio-histórica regional**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. **Tempo social**. v. 1, p. 18-31, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, de 3 de outubro de 1989. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1989.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SEIXAS, Renato. Identidade Cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, ano 8, p. 93-120, 2008.

SILVA, Dilma Oliveira. Patrimônio-territorial em territórios festivos: uma análise da marujada de dois santos em uma cidade da Amazônia paraense para a sustentabilidade territorial. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.16, n.30, Jan/Jun/2024.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2003.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura**, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan/jun. 2008.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial>. Acesso em: 13 nov. 2020.